PREFÁCIO

Mantivemos neste número da revista o debate sobre proteção social em tempos de pandemia[1].

Na primeira parte, autores diversos em espanhol e português, refletem sobre políticas públicas de proteção social.

Ana Rojas Acosta (Universidade Federal de São Paulo - Unifesp/SP) retoma o projeto de pesquisa interdisciplinar e intercontinental – Interfaces do Covid19 que deu origem a esta robusta rede de pesquisadores de universidades de diversos países latinos-americanos, da Inglaterra e Espanha e do próprio Brasil. Um segundo artigo de Ana Rojas dedica-se a reflexão sobre: Um olhar para as famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade. Enquanto Miguel Edgado Vicente Trotta (Universidad Nacional de Lanús / Buenos Aires / Argentina) trata das Principales Políticas dirigidas a Sectores Vulnerabilizados en Argentina. Três outros autores colocam ênfase na segurança alimentar - Alice Dianezi Gambardella(Universidade Federal da Paraíba - UFPB/PB) sobre Segurança Alimentar na Zona Oeste de São Paulo em Tempos de Pandemia; Wendy Coxshall – (Liverpool Hope University – LHU / Inglaterra) La soberanía alimentaria, la agroecología y la reforma agraria: ¿Cómo promover la justicia climática? seguida de Miguel Edgardo Vicente Trotta, que aborda sobre o Desarrollo Sustentable Urbano y Seguridad Alimentaria en la población del Conurbano Sur de Buenos Aires en la situación de Pandemia Covid 19. Outro artigo é de Juana Eugenia Arias Rojas e equipe (Universidade Autônoma de Chile/Chile), que reflete sobre a Política Habitacional y Regeneración Urbana: Reconociendo y reparando una Deuda Histórica con Familias Chilenas – Chile.

A pandemia / COVID 19 marcou de forma inusitada a sociedade mundial. Sua chegada interpestiva mergulhou países em forte crise econômica, política e social, sobretudo sanitária.

Em todo o mundo, provocou uma radical mudança no cotidiano de vida da população: de início, com um severo distanciamento/isolamento social, - famílias em suas casas, comércios fechados, indústria e serviços fechados. O desemprego saltou, pobreza e fome aumentaram; a infame desigualdade destampou.

1. A ONU declarou recentemente seu fim.

Considerada uma calamidade mundial e, não apenas nacional, colocou em alerta e ação todos os serviços de saúde e assistência social, seja no atendimento direto as vítimas seja, para assegurar proteção social.

A pandemia deu visibilidade às desigualdades sociais, ao aumento da pobreza e a consequente volta a insegurança alimentar.

Os artigos aqui destacados refletem sobre estes amargos impactos.

Para enfrentar pobreza e insegurança alimentar que atingiu parte expressiva da população, as políticas de proteção social verteram seus orçamentos quase exclusivamente em benefícios do tipo, transferência de renda complementar e cestas alimentares. A pandemia foi considerada uma emergência pública. Assim é que nossa política social pública se restringiu a benefícios monetários ou em espécie para os mais pobres.

Os benefícios são imprescindíveis na oferta de proteção social, mas não são suficientes. Sem a presença simultânea de serviços socioassistenciais articulados aos serviços das demais políticas públicas dificilmente sanamos as vulnerabilidades associadas a pobreza e a desigualdade.

Como sabemos a pobreza além de multidimensional é também heterogênea. Há um segmento de pobres que vivem em extrema pobreza quase sempre marcada por uma pobreza inercial. Para estes é necessária uma cesta de proteção social especializada na eliminação da inercia. Por muito tempo dedicamos a estes uma proteção social compensatória que não eliminava a inercia.

Há outro segmento de pobres que partilham de uma sociedade urbana/ complexa pressionada pelos contínuos avanços tecnológicos e científicos e novos vínculos sócios relacionais que correm por artérias virtuais. Estas famílias vivem novos modos e estilos de vida; buscam emancipação social. Para estas, os projetos de proteção social são distintos e necessários para apoiá-las neste processo de emancipação. É preciso lembrar que estas famílias querem inclusão, mas não possuem as capacidades substantivas para manter a emancipação.

Em nossos países, viver e sobreviver hoje, não são tarefa fácil: são tempos de inflação, recessão, desemprego; alta precarização na operação dos serviços públicos básicos. São tempos de vertiginosas inovações tecnológicas; os avanços da Inteligência Artificial, a robotização e a digitalização presente em todos os afazeres da vida vêm alterando práticas, posturas, relações de convivência e comportamentos do cotidiano.

Já não temos o mesmo normal pós quase três anos de uma pandemia mundial. Soma-se a ela, o conflito entre Rússia e Ucrânia resultando em guerra que já dura um ano. Sem dúvida este é também fator que tenciona o mundo.

Pandemia, guerra, inteligência artificial quebraram os paradigmas da antiga normalidade. Estamos tomados de enormes incertezas; medos, sectarismo e polarizações. A desconfiança tomou conta de nós, já não é fácil confiar nas instituições. Estamos nos tornando nômades e só digitais.

No atual contexto, o Estado precisa abraçar políticas de proteção social mais abrangentes e robustas. Há falhas, que ficaram evidentes, da rede de proteção social montada.

Uma dessas falhas é a da ausência de cobertura efetiva aos trabalhadores informais e, estes, formam um segmento expressivo em nossos países. Outra é a ausência de investimento em serviços socioassistenciais. O encantamento com as transferências condicionadas de renda vem matando os serviços. Tornaram-se o principal ingrediente no combate a pobreza e, no entanto, a insuficiência de renda é apenas uma das múltiplas dimensões da pobreza. Retornamos a um sistema de proteção social mínimo. As transferências de renda aos sem ou com pouca renda são consideradas um direito de cidadania e, portanto, um dever do Estado.

Aumentaram e se diversificaram as demandas por serviços sócio assistenciais. A proteção social tornou-se prioridade absoluta.

Sem investimento em serviços básicos não se tecem as mediações necessárias para o enfrentamento das desigualdades, a busca da equidade e da qualidade de vida para todos.

É pela via dos serviços que se desenvolvem competências substantivas capazes de romper com as tramas da desigualdade. Os serviços precisam ser expandidos, ganhar qualidade e inovação. Ganham qualidade com maior vontade política; toda política pública é dinâmica exigindo constantes avanços em suas pautas de ação.

Temos convivido nestes últimos anos com governo disfuncionais. Em decorrência, as políticas públicas caminham sem projeto e sem recursos. Não há crescimento econômico sustentável sem políticas sociais robustas.

Na segunda parte desta revista nos dedicamos a discorrer sobre PRÁTICAS INTERVENTIVAS DE TRABALHO SOCIAL.

A escolha de algumas dessas práticas é decorrente de dissertações de mestrado, sob orientação de Ana Rojas Acosta, nos Programas de Serviço Social e Políticas Sociais (Mestrado Acadêmico) e no Programa de Ensino das Ciências em Saúde (Mestrado Profissional) desta Universidade Federal de São Paulo:

- Cimere Tatiane dos Santos Klauk pesquisa e analisa políticas públicas para inserção ao mercado de trabalho na região central da cidade de São Paulo destinado a População em situação de rua;
- Cibele Evangelista Santos Alves focaliza Política de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Cajati – São Paulo.

Uma das práticas contemplada se volta às populações em situação de rua. Analisa a presença ou ausência de políticas públicas para inserção desta população ao mercado de trabalho na região central da cidade de São Paulo. A população em situação de rua cresceu muito nos anos de pandemia. O censo realizado na cidade de São Paulo sobre esta população registrou entre 2019 e 2021 o crescimento de 3,3 vezes de mais barracas nas vias e praças da cidade. Aumentou o número de famílias morando na rua. O censo registrou 31,8 mil moradores de rua. (Jornal o Folha de São Paulo 23/01/2022). No que se refere aos serviços de proteção social, o acolhimento institucional e centros dias foram uma das maiores demandas nas grandes cidades durante a pandemia.

Cibele reflete sobre política de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Cajati. Investiga com cuidado uma política factível e primorosa para uma pequena unidade de serviço assistencial localizada em município e região das menos desenvolvidas do estado de São Paulo.

Maria do Carmo Brant de Carvalho

Verão de 2023

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto R. e ABREU, Thiago Felipe R.; Seguro Social: Construção e revisitação, 2019

GENTILINI, Ugo (2019). Relatório de Desenvolvimento Mundial 2019.

IBGE (2021) Estimativas da população. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html Acesso em: 22.02.2023.

PALHARES Isabela & Zylberkan Mariana. População de moradores de rua cresce 31% em São Paulo na pandemia. Segundo censo, quantidade só de famílias sem-teto quase dobrou em relação a 2019. Folha de São de Pauo023/01/2022. https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/na-pandemia-quase-dobra-o-numero-de-familias-que-vivem-nas-ruas-de-sao-paulo.shtml Acesso em: 22/02/20232.